

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e políticas  
sociais

**Repercussões da COVID-19 sob a dimensão de raça: uma  
análise da realidade do Distrito Federal**

Anna Clara Soares de Oliveira <sup>1</sup>  
Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia <sup>2</sup>  
Maria Eduarda Lopes de Jesus <sup>3</sup>  
Rebeca Loiola Vieira <sup>4</sup>  
Thaís Kristosch Imperatori <sup>5</sup>

**Resumo.** O artigo tem o objetivo de analisar as repercussões da pandemia de Covid-19 sob a dimensão de raça no âmbito do Distrito Federal (DF). A pesquisa qualitativa baseou-se na análise de indicadores sociais sobre a realidade social da população negra quanto ao trabalho, renda e educação. Os dados apontam para a existência de desigualdades estruturais e históricas no DF, especialmente vivenciada pela população negra, em diversas condições de vida. A pandemia intensificou esses fatores e se torna ainda mais grave para esse grupo pelas dificuldades de prevenção e tratamento à doença.

**Palavras-chave:** Política Social, COVID-19, raça, racismo, Distrito Federal.

**Abstract:** The article aims to analyze the Covid-19 pandemic repercussions on the race dimension within the Federal District (DF). The qualitative research was based on the analysis of the black population social reality through social indicators of work, income and education. The data point to the existence of structural and historical

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília – UnB e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social – GEPEDSS. E-mail: annaclarasdo@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela UnB e pesquisadora do GEPEDSS. E-mail: anna17garcia@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social pela UnB e pesquisadora do GEPEDSS. E-mail: mariaeduarda.ljm@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social pela UnB e pesquisadora do GEPEDSS. E-mail: rabecaloiola@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora em Política Social pela UnB, professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UnB e pesquisadora do GEPEDSS. E-mail: thaisimperator@unb.br

inequalities in the DF, especially experienced by the black population, in different living conditions. The pandemic intensified these factors and they become even more serious for this group due to the difficulties of preventing and treating the disease.

**Keywords: Social policy; COVID-19; race; racism; Federal District.**

## **Introdução**

A saúde da população, assim como os fatores de riscos que a envolvem, é determinada e condicionada por aspectos sociais, econômicos, culturais, étnico/raciais, psicológicos e comportamentais, os quais expressam a organização social e econômica do país (BRASIL, 1990). Desse modo, a dificuldade de acesso a serviços essenciais implica no agravamento do processo saúde-doença. A pandemia de Covid-19 tornou explícito o fato de que as doenças atingem os grupos sociais de maneiras distintas, uma vez que se percebe a acentuação das desigualdades sociais e raciais durante esse período, que reforçou o lugar de desprivilegio para a população negra (SANTOS et al, 2020).

O Brasil é um país que, historicamente, vivencia e reproduz desigualdades raciais, presentes em todos os âmbitos da sociedade. No Brasil, raça/cor é uma das variáveis menos abordadas nos estudos sobre desigualdades em saúde, embora tenha grande relevância como marcador das discrepâncias entre grupos, em termos de condições de vida (ARAÚJO et al, 2009). Tem-se, portanto, uma situação de precariedade anterior à pandemia, que foi intensificada no cenário atual.

O presente trabalho teve como objetivo analisar as repercussões da pandemia de Covid-19 sob a dimensão de raça no âmbito do Distrito Federal (DF)<sup>6</sup>. O foco da análise compreende o DF, local onde 57,6% da população se autodeclara negra (CODEPLAN, 2019). A pesquisa buscou analisar os indicadores sociais sobre a realidade social dessa população quanto ao trabalho, renda e educação. Considera-se que os indicadores sociais são fundamentais para conhecer uma dada

---

<sup>6</sup> Trata-se de um recorte da pesquisa intitulada “As implicações da Covid-19 para a proteção social” aprovada na Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos de Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à COVID-19 e no Edital COPEI-DPI/DEX nº 01/2020 – Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas, de inovação e de extensão de combate à COVID-19 da Universidade de Brasília.

realidade social, subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas e avaliar seus efeitos (JANUZZI, 2005).

Santos (2020) destaca a ausência de informações e dados oficiais sobre como a Covid-19 afetou esse público. Em junho de 2020, com os casos de adoecimento decorrente da doença em alta no Brasil, apenas cinco estados brasileiros divulgavam a variável raça/cor nos boletins epidemiológicos da doença: Alagoas, Amapá, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul (SANTOS, 2020). Isso revela a invisibilidade dada à temática e a dificuldade em analisar os seus efeitos.

O trabalho está estruturado em dois momentos. O primeiro tópico, dissertamos sobre o racismo e as suas expressões particulares durante a pandemia. Logo após, debatemos os indicadores que relacionam raça e Covid-19 na realidade do DF, evidenciando as conexões entre desigualdades sociais e raciais.

## **Racismo e COVID-19**

O cenário brasileiro dos últimos anos presenciou transformações políticas, econômicas e sociais, especialmente com o aprofundamento das medidas neoliberais expressas pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária e a Emenda Constitucional nº 93/2016, que congelou gastos com diversas políticas sociais. Essas mudanças geraram grandes efeitos no processo de aumento da exclusão social e das desigualdades, assim como na precarização e no subfinanciamento das políticas de proteção social.

As consequências da pandemia da COVID-19 nesse momento trouxeram à tona os piores aspectos de uma crise que já estava em curso, agravando ainda mais os problemas existentes. Vidas negras foram afetadas ao longo da pandemia no âmbito social, econômico, cultural, na área da educação, saneamento básico, moradia, segurança alimentar, o que favorece, de forma mais profunda, a possibilidade de contaminação. Foi possível notar, também, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, dificuldade de acesso ao sistema público de saúde, o agravamento da pobreza, a fragilidade das políticas públicas, entre outros.

Apesar de muito se ouvir falar de um “vírus democrático” (ZIZEK, 2020), que atinge a todos sem distinção, os efeitos da atual crise sanitária, com impactos políticos, econômicos e sociais, atingem de maneira diferente e desigual os diversos grupos sociais. Sabe-se que a população negra tem sido, entre outros grupos, mais impactada pela pandemia, que agrava o histórico de desigualdades e discriminação no Brasil.

A estrutura escravocrata dos primeiros séculos de colonização do país fundou as desigualdades sociais e raciais. Os abismos sociais favorecem a disparidade entre brancos e negros, fortalecidos pelo processo de aprofundamento dessas desigualdades. Tal segregação remete ao conceito de raça, que segundo Almeida (2019, p. 19),

[...] não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

A sociedade moderna constituiu-se a partir de um projeto contínuo de colonização que ataca a população negra por um movimento de dominação, expropriação e morte. A população negra foi reduzida, designada como desprovida de valor humano, sofreu e ainda sofre com o apagamento de sua história, de suas características e costumes. O controle dos corpos negros remete ao que Mbembe (2016), baseado em Foucault, apresenta como definição de racismo:

Racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2016, p. 128).

De acordo com Almeida (2019, p. 39), “o racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica”. Como processo histórico e político, ele produz e reproduz as condições para que a discriminação de grupos racialmente identificados aconteça de forma sistêmica. O olhar estrutural sobre as relações raciais não isenta as atitudes de preconceito e discriminação para e com

esses grupos, mas permite que esse sistema de intolerância seja entendido de forma mais profunda, e que sejam construídas formas de combatê-la.

Como parte da (re)produção sistemática da desigualdade racial, o contexto de enfrentamento da COVID-19 também demonstra um conjunto de práticas necropolíticas, que atingem majoritariamente a população negra e pobre. A necropolítica é entendida como a decisão de um poder soberano, um ato de ordem, que decide quem vive e quem morre. O movimento do Estado de decidir quem proteger aponta a legitimação de uma política de morte, evidenciado a desproporção no nível de mortes pela COVID-19, onde negros e pardos representam o número de maiores vítimas da doença.

Entre os hospitalizados, de acordo com o Boletim nº 13 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), os dados de hospitalização por COVID-19 do Ministério da Saúde indicam que há uma desigualdade na proporção de negros e não negros no DF. Entre 15 de março e 11 de julho de 2020, 66% das hospitalizações ocorreram na rede pública e 34% na rede particular. Entre a população hospitalizada na rede pública, 24% eram negros e 8% não-negros; na rede particular, 21% eram negros e 13% não negros (CODEPLAN, 2020). Outro estudo, realizado pelo portal Raça e Saúde Pública (2020), mostra que em 2020, o excesso de mortalidade foi de 28% entre pretos e pardos em comparação com 18% entre pessoas de cor branca. A diferença representa 36 mil óbitos a mais entre pessoas de cor preta e parda em relação às brancas.

A negligência por parte do poder público, omissões e desarticulações, expõe a população negra como alvo dos impactos do racismo na saúde. A ausência de dados no quesito raça/cor nos boletins médicos abre espaço para evidenciar o racismo institucional e a resistência em garantir o direito à saúde para essa população.

Entender esses contextos chama atenção para outras circunstâncias em que é possível perceber o racismo instaurado na sociedade brasileira. Como reforço do poder necropolítico, o racismo se expressa no genocídio da população negra, da população em situação de rua, no sistema carcerário e na ausência de políticas públicas que assegurem o direito universal e o acesso integral ao sistema de saúde. São inúmeras as expressões, ações e acontecimentos que expõem a estrutura social em que a cor da pele é determinante.

O cenário de pandemia expõe a necessidade de análises críticas que ultrapassem a área biomédica e incluam o campo social. Perceber a pandemia por meio das desigualdades raciais expressa a necessidade de se olhar com atenção para fatos históricos e estruturais de uma sociedade marcada por experiências de adoecimento e morte da população negra.

### **Indicadores sociais no DF no contexto de pandemia**

A crise sanitária ocasionada pela Covid-19 intensifica as expressões da desigualdade social no DF. De acordo com o Boletim nº 34 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), no mês de dezembro de 2020, o DF encontrava-se na 2ª colocação no coeficiente de mortalidade<sup>7</sup> do Brasil, desconsiderando os casos de fora do DF. Verifica-se uma diferença do número de casos de Covid-19 a partir do critério de renda, em que é possível verificar maiores valores para grupos de renda mais alta. São 8.270,74 casos confirmados - por 100 mil habitantes – para renda alta e 7.991,42 para o grupo de média-alta, enquanto que o grupo de média-baixa renda tem 6.187,20 e o grupo de baixa renda tem 3.889,01.

Apesar do elevado número de infectados nos grupos de alta e média renda, os dados revelam que a pandemia se mostrou mais letal<sup>8</sup> nas regiões do Sol Nascente/Pôr do Sol em primeiro lugar (4,15%), seguida de Ceilândia (2,54%) e Santa Maria (2,46%). Nestas regiões, a rede de esgoto contempla 52,02% dos domicílios na região e apenas 24,45% localizam-se em ruas com rede de coleta de água pluvial. Destaca-se o caráter de maior vulnerabilidade expresso por menor frequência escolar, renda e piores condições de esgotamento sanitário, coleta de lixo e infraestrutura urbana (CODEPLAN, 2019). É possível notar que essa realidade, que não surgiu com o vírus, expõe a população negra vulnerabilizada a maiores riscos de contágio e óbito. Soma-se a isso a dificuldade em realizar medidas de prevenção para a doença como higienização frequente das mãos e adoção de medidas de isolamento e distanciamento social.

Sposati (2020, p. 37) aponta que "a expressão mais contundente da essencialidade da ação estatal reside nos indicadores sociais, que são

---

<sup>7</sup> O coeficiente de mortalidade por COVID-19 é conceituado como o número de óbitos por COVID-19, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico;

<sup>8</sup> A taxa de letalidade da doença refere-se à proporção de óbitos em relação ao total de infectados.

enumeradores das múltiplas mazelas expressas nas condições concretas de vida das famílias brasileiras". Entende-se que a condição de saúde e doença é influenciada pelas condições de vida da população - trabalho, alimentação, moradia, saneamento básico, como colocado na Lei nº 8.080/1990:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1990)

Portanto, para compreender como a população negra é afetada pela pandemia da Covid-19, é preciso analisar os indicadores sociais. De acordo com Januzzi (2005), eles se referem a medidas que permitem a operacionalização de um conceito abstrato a partir de dados da realidade e possibilitam as atividades de planejamento e formulação de políticas sociais, bem como o monitoramento das condições de vida e de bem-estar da população.

Percebe-se, por meio da publicação Retratos Sociais DF 2018 – O perfil sociodemográfico da população negra do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020), que a população negra representa 57,6% da população distrital. O estudo revela que as pessoas negras residem em Regiões Administrativas<sup>9</sup> (RA) com menor poder aquisitivo, como Fercal (81,3%) e Estrutural (76,6%), enquanto as regiões de alta renda como Lago Sul, Jardim Botânico e Park Way possuem o menor quantitativo de pessoa negras, representando 23,1%, 30% e 30,2% respectivamente. Cabe observar ainda que o poder aquisitivo possui relação direta com a inserção dessa população no mercado de trabalho e sua escolaridade.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF (PED-DF) realizada pela Codeplan e Dieese na edição de novembro de 2021 (CODEPLAN; DIEESE, 2021), por sua vez, constata que no comparativo entre os anos de 2019, 2020 e 2021, o quantitativo de pessoas negras desempregadas variou de 69,3% a 75,6%, enquanto de pessoas não negras variou de 24,4% a 30,7%. O número significativo de negros no desemprego foi verificado em todos os anos desta análise, mas com um agravamento durante o primeiro ano de pandemia. Como exemplo, no primeiro

---

<sup>9</sup> De acordo com a Lei Orgânica do DF, sua organização administrativa se dá em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida da população. Por não possuir a estrutura de municípios, o DF acumula as competências legislativas estadual e municipal.

semestre de 2020, houve uma permanência dessa população no desemprego, mas também uma diminuição no mercado de trabalho formal. Observa-se que essa população insere-se em trabalhos informais precários, sem garantias de direitos e com menor remuneração. Isso impactou nas possibilidades de prevenção como realização do isolamento social e adoção do trabalho em formato remoto.

Outro fator determinante para analisar os impactos das desigualdades socioeconômicas para a população negra é a disparidade de renda. De acordo com a PED-DF, a renda média domiciliar entre os negros é de R\$ 2.928,40 e de R\$ 4.833,15 entre os não negros; já no grupo de alta renda, esses valores entre os negros e não negros são de R\$ 7.466,77 e R\$ 9.632,81, respectivamente. No grupo de baixa renda, os negros possuem renda domiciliar de R\$ 1.589,55 e os não negros de R\$ 1.716,43.

Diante disso, considera-se importante indicar a posição do DF no ranking nacional do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o IBGE (2018), esse ente federativo tem o oitavo maior PIB do país, no entanto, ocupa o primeiro lugar na categoria PIB *per capita*. Verifica-se, com isso, a distribuição desigual por RA, visto que localidades como o SCIA/Estrutural e Varjão possuem o PIB *per capita* de até 500,00, enquanto o Lago Sul possui o valor de R\$ 7.000 a R\$ 8.000 (CODEPLAN, 2020b).

O campo educacional também denuncia a vulnerabilidade social da população negra com distinções significativas quanto ao seu acesso em relação aos não negros no DF. Dados evidenciam que os indicadores de educação dos negros são piores em qualquer faixa etária, denotando um maior índice de analfabetismo, menor acesso aos níveis básicos de educação e também de matrícula no nível superior.

Quanto aos índices de analfabetismo, esses se mostram maiores entre pessoas negras, principalmente a partir dos 25 anos, como demonstra o estudo feito pela Codeplan (2014). Entre o gênero masculino, na faixa etária de 25 e 59 anos, na RA Varjão, 9,7% dos não negros e 11,5% dos negros são não alfabetizados. As RAs Brazlândia, Fercal, Itapoã, SCIA/Estrutural, SIA, São Sebastião, Paranoá, Planaltina, Park Way e Recanto das Emas mostram números acima de 5% de pessoas negras não alfabetizadas. Entre a população feminina de até 59 anos, os índices de analfabetismo são menores em relação às masculinas. Os dados apontam para um percentual de 0,1% de mulheres não negras não alfabetizadas

que residem em RAs de maior renda, como Sudoeste e Octogonal, frente a 8,6% no Varjão. Já entre a população negra feminina, os percentuais aumentam significativamente, indo até 0,7% no Cruzeiro e chegando a 9,8% no Varjão.

De acordo com dados da Codeplan (2018) sobre a educação básica, 23% das crianças não negras de 0 a 3 anos estão em creches, enquanto que entre crianças negras esse número se aproxima de 21%. Já na pesquisa da Codeplan (2019), identifica-se que em torno de 54% dos jovens negros e 56% dos jovens não negros do DF, de faixa etária entre 14 a 24 anos, estão matriculados em escolas em algum período de ensino. Dentre os jovens negros nessa faixa de idade, 27,4% estão no ensino fundamental, 42,9% no ensino médio e 28,3% no ensino superior. Já entre os não negros, os dados são de 23,6%, 38,3% e 36,9%, nesta ordem. Estes dados expõem que a desigualdade entre negros e não negros começa desde a entrada no ciclo básico de formação escolar e denotam que jovens negros entre 14 e 24 anos possuem menor acesso ao ensino superior.

As disparidades entre negros e não negros se tornam mais explícitas ao atentar-se a faixa etária maior de 25 anos, como demonstra o estudo realizado pela Codeplan em 2019, segundo o qual apenas 38% das pessoas negras completaram o ensino médio, sendo que 20% não conseguiu completar o fundamental, e somente 24,6% conseguiram ingressar na educação superior. Ao comparar esses dados com os de pessoas não negras, o percentual está entre 32,5%, 12,3% e 44%, respectivamente. Ao abordar a territorialidade das RA consideradas como de baixa renda este número se acentua ainda mais: “Varjão, Fercal, Estrutural, Itapoã e Planaltina, cerca de 50% da população negra completou o ensino fundamental.” (CODEPLAN, 2019)

Ainda no âmbito da territorialidade administrativa do DF, a Codeplan (2019) aponta para a existência de desigualdade escolar entre o próprio grupo de pessoas negras, ao fazer recorte de suas diferenças de renda. Somente 8,2% das pessoas negras que residem em RAs consideradas de menor renda possuem ensino superior completo, em comparação a 68,3% dos negros residentes das RAs de renda alta. Este mesmo estudo apontou disparidade entre negros e não negros dentro das RAs considerada de alta renda, como o Lago sul e norte, Plano Piloto e Jardim Botânico, onde cerca 75% das pessoas não negras maiores de 25 anos dispõem de ensino superior completo, em detrimento a 70% das pessoas negras que não possuem ensino superior completo.

## Considerações finais

Os dados apontam para a existência de desigualdades estruturais e históricas no DF, especialmente vivenciada pela população negra, em termos de trabalho, renda, educação e condições de moradia, por se concentrar em localidades com menor acesso a saneamento básico, coleta de lixo e infraestrutura urbana. Embora possua maiores indicadores de PIB *per capita* do Brasil, o DF possui desigualdades significativas entre suas RAs.

Diante disso, observa-se a necessidade de intensificar o olhar das desigualdades sociais sob o critério de renda, já que a população negra é majoritariamente pobre e vivencia, para além da discriminação em razão da cor, condições mais precárias de vida e atendimento a necessidades básicas.

A pandemia evidenciou e intensificou a contrarreforma do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990, e expressa através de um processo de precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Trata-se da desregulamentação dos direitos trabalhistas através da intensificação, precarização e terceirização do trabalho, em que ocorre o aumento do subemprego e do desemprego e, com isso, o aumento das vulnerabilidades, sobretudo para a população negra.

No cenário de pandemia identificou-se que a maior letalidade da doença entre os negros não se deu de forma aleatória, mas em decorrência da impossibilidade de cumprimento de medidas preventivas e de tratamento dessa população, especialmente em razão de sua condição socioeconômica. Assim, reforça-se que a saúde é determinada por diversos fatores sociais, econômicos, culturais.

## Referências bibliográficas:

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2019.

ARAÚJO, Edna Maria de *et al.* A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação [online], 13 (31), 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SK3Gk4HTtwRF8pLJLMzzDXq/?lang=pt#>. Acesso em 17 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos

serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) Acesso 11 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Orgânica do Distrito Federal.** Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70442/LODF\\_DF\\_ELO\\_118-2020.pdf?sequence=15&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70442/LODF_DF_ELO_118-2020.pdf?sequence=15&isAllowed=y) Acessado em em 11 mar. 2021.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Sol Nascente/Pôr do sol: um retrato demográfico e socioeconômico.** Brasília: CODEPLAN, jan. 2019. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT\\_Sol\\_Nascente\\_Por\\_do\\_Sol-compactado.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT_Sol_Nascente_Por_do_Sol-compactado.pdf). Acessado em 03 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **População negra.** Brasília: CODEPLAN, 2019. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/639-da-populacao-negra-do-df-mora-em-ras-de-media-baixa-e-baixa-renda/>. Acessado em 17 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletim COVID-19 n. 34.** Brasília: CODEPLAN, 2020a. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim\\_Codeplan\\_n34\\_08.12.20.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim_Codeplan_n34_08.12.20.pdf) . Acessado em 03 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Apresentação PIB DF-DF 2018.** Brasília: CODEPLAN, 2020b. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Apresentacao-PIB-DF-2018-13.11.2020.pdf>. Acessado em 03 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletim COVID-19 n. 13.** Brasília: CODEPLAN, 2020. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim\\_Codeplan\\_n13\\_revisado.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim_Codeplan_n13_revisado.pdf). Acessado em 17 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Emprego e Renda.** Brasília: CODEPLAN, 2021. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/ped-pesquisa-de-emprego-e-desemprego>. Acessado em 03 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>. Acessado em 3 mar. 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público.** Brasília, 56 (2), p. 137-160. Abr./Jun. 2005.

MBEMBE, A. “Necropolítica”. **Ensaio** - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

RAÇA e Saúde Pública. **Os impactos desiguais da COVID-19 na população negra no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.racaesaude.org.br/estudo>. Acessado em 17 mar. 2020.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 25 (suppl. 2), Out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl2/4211-4224/#>. Acessado em 17 mar. 2022.

SPOSATI, Aldaíza (org). **SUAS e proteção social na pandemia COVID-19** – Nota técnica do NEPSAS. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

ZIZEK, S. (2020). Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinvención del comunismo. In: AGAMBEN, Giorgio *et al* (Org.). **Sopa de Wuhan**. Buenos Aires: Aspo, 2020.